



Escola: papel e contribuição social para romper com os ciclos de violência contra à mulher

School: role and social contribution to break cycles of violence against women

Página | 2159

Mary Mayara da Conceição Tavares⁽¹⁾; Rosa Maria Farias Tenório⁽²⁾

⁽¹⁾ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7575-7874>; Universidade de Pernambuco, graduada em Licenciatura em História, BRAZIL, marymayara.t@gmail.com;

⁽²⁾ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1303-8943>; Universidade de Pernambuco, Professora Assistente do Curso de História, Mestra Educação pela UFPE; BRAZIL, rosa.tenorio@upe.br.

Recebido em: 15 de agosto de 2019; Aceito em: 14 de maio de 2020; publicado em 10 de 07 de 2020. Copyright© Autor, 2020.

ABSTRACT: Analisando a escola através de uma perspectiva coletiva, como agente colaborador da formação humana e da inserção do indivíduo no meio social, é importante enfatizar sua importância nos debates que fazem menção a promoção da igualdade e respeito. É mediante tais discussões que com o presente trabalho objetivou-se compreender o modo como no âmbito escolar é trabalhado o conceito de gênero, e os debates em torno da construção social e cultural do que é ser homem e ser mulher, observando através do estudo de campo como os discursos machistas e misóginos se fazem presentes nos depoimentos dos estudantes, percebendo como isto também influencia suas práticas cotidianas. Objetivou-se também, e sobretudo, analisar qual é o papel da escola frente as questões emergenciais como a violência de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Violência contra à mulher, gênero, educação.

ABSTRACT: Analyzing the school through a collective perspective and as a collaborating agent of the human formation and of the insertion of the individual in the social environment, it is important to emphasize its importance in the debates that mention the promotion of equality and respect. It is through these discussions that the present work aims to understand the way in which the concept of gender in the school is worked, and the debates around the social and cultural construction of what it is to be a man and to be a woman, observing through field study as the machismo and misogynist discourses are present in the students' statements, realizing how this also influences the practices of their daily lives. It is also intended, and above all, to analyze the role of the school in the face of emergency issues such as gender violence.

KEYWORDS: Violence against women, gender, education.

INTRODUÇÃO

Nas sociedades que antecedem o modelo que conhecemos hoje – o da dominação masculina, baseada no patriarcalismo –, a forma de organização social era diferente. A família, que nas sociedades nômades era coletiva, passou a ocupar uma nova posição e significado depois do surgimento da agricultura e estatização das comunidades humanas, especificando espaços e arquétipos para performance do ser homem e ser mulher.

O feminino, antes visto como pertencente a comunidade, dotado de grande autonomia e fluidez, passa a ocupar lugar de posse, perde a importância política na construção sociocultural do habitat no qual estava inserido, levando-se a ser visto apenas pelo ângulo biológico, ou seja, enquanto fêmea reprodutora: “os homens adquiriram poder econômico e destruíram o poder social das mulheres, submetendo-as”. (CASTRO, 2012, p. 6)

Aos homens foi destinado o topo da hierarquia, surgindo, assim, a família patriarcal, tida enquanto conjunto de servos/escravos (OSÓRIO, 2002). Sendo o homem senhor e dono de tudo quanto se encontra em sua tutela, submeter à violência seus (suas) servos (as) em nome da supremacia, ordem e respeito para preservar a hierárquica, era ação comum. A violência permeava as relações como maneira imperativa de poder, de transgressão da liberdade humana e respeito devido à humanidade, em busca da manutenção do padrão instituído.

Como consequência do presente contexto histórico abordado, às mulheres foi permitido apenas habitar no espaço privado, sendo-lhes negado o registro de participação na construção da história da humanidade, bem como a negação da escolaridade, estudo das ciências e especialização para além do âmbito doméstico.

Tal invisibilidade nutriu as violências praticadas contra as mulheres, principalmente porque o sexo feminino era tido enquanto objeto de desejo, troca e venda. “No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio” (SAFIOTTI, 2001, p. 115).

É no sec. XX, depois de vários movimentos ocorridos na história da humanidade, a exemplo da Revolução Francesa e das Revoluções Industriais, que tornou-se possível romper com antigas estruturas e emergir novas maneiras de pensar,

estar e organizar o mundo. Sobretudo, a partir de 1960, com o alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante, a história das mulheres¹ passa a ter maior visibilidade, trazida da margem para espaços mais centrais, possibilitando uma ampliação da "ciência dos homens no tempo" (BLOCH, 1974), ou melhor, do estudo da humanidade através do tempo.

Apesar dos avanços, devido à teia de símbolos e significados que foi tecida, a sociedade contemporânea ainda segue presa à personificação de um gênero forte – masculino – em detrimento de um frágil – feminino. A violência continua permeando as relações afetivas entre homens e mulheres. Em decorrência dessa fatalidade muitas mulheres têm sido agredidas físico, patrimonial e psicologicamente, bem como têm sido tolhidas de viver, muitas vezes tendo suas vidas ceifadas por aqueles que lhes juraram respeito e amor. Nesse sentido, Agudelo (1990 apud MINAYO, 1994) já destacava que a violência representa um risco maior para a realização do processo vital humano: ameaça a vida, altera a saúde, produz enfermidade e provoca a morte como realidade ou como possibilidade próxima.

A Agressão contra a Mulher tem sido apontada pela ONU como uma violação dos Direitos Humanos, como um problema de Saúde Pública, sendo responsável pela causa de doenças nas mulheres como hipertensão, ansiedade, depressão, dentre outras, além de ser apontada como um dos principais entraves ao desenvolvimento de países do mundo inteiro. Para Goldani (2000 apud CARVALHO, 2011):

A própria ONU, em suas reuniões na década de 90, considerou ser de fundamental importância se manter boas relações entre os sexos. Assim, se expandiu internacionalmente o consenso de que a igualdade entre os sexos é um pré-requisito da justiça social e do efetivo desenvolvimento econômico e social de um país.

A partir da entrada em vigor da Lei Maria da Penha (2006) no Brasil, passou-se a haver diminuição nesses números, o que se pode levar a pensar que nesses anos as Políticas Públicas direcionadas ao combate à violência contra a mulher começam a ter maior aplicabilidade. Porém, apesar de estar havendo um decréscimo do índice de violência contra a mulher, é notório que ainda há muito a se fazer através de Políticas

¹ Falasse-se a em história das mulheres para depois se discutir sobre a conceptualização da palavra "gênero", tendo em vista que é apenas a partir 1980 que a expressão "Gênero" emerge enquanto categoria de análise histórica. (SCOTT, 1990).

Públicas e projetos educacionais destinados à diminuição e erradicação das culturas de violências praticadas por relações de gênero.

Sabe-se que a otimização dessas políticas será possível, sobretudo, tendo a educação enquanto ferramenta de transformação social. Uma educação que vise os direitos de cidadania de cada indivíduo e que respeite as suas diferenças, no entanto, a educação, assim como a instituição familiar está marcada por relações de poder o que contribui para reprodução de estereótipos e preconceitos direcionados ao sexo feminino.

Assim sendo, com este trabalho objetivou-se contribuir com reflexões que mostrem a necessidade do debate de gênero, e das questões dele advindas, dentro, também, das salas de aulas, esboçando possíveis caminhos para desnaturalização da violência contra à mulher e reforçando o espaço das escolas enquanto instituições políticas e éticas, engajadas na construção de uma sociedade mais solidária, sensível a outrem e equânime.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A educação é uma das principais vias que nos possibilita atuar para construir espaços de reflexão e possibilidades de transformação social no que concerne às relações de gênero. É através desse espaço democrático de temos acesso à diferentes visões de mundo e passamos a olhar, ou deveríamos, a sociedade e as relações sociais de maneira mais crítica.

Acreditando em uma educação baseada na alteridade, foi utilizado da interdisciplinaridade para contribuir na construção de uma percepção mais alargada à cerca da escola e sua relação com a perpetuação de preconceitos ou a rupturas com os mesmos, bem como a manutenção direta ou indireta das relações desiguais de gênero. Compreendendo que é objetivo da interdisciplinaridade romper com a fragmentação de saberes, incorporar, agregar e perceber de formar mais clara a relação entre o todo e as partes que o constituem.

A interdisciplinaridade, como um enfoque teórico-metodológico surge na segunda metade do século passado, em resposta a uma necessidade verificada principalmente nos campos das ciências humanas e da educação: superar a fragmentação e o caráter de especialização do conhecimento, causados por uma epistemologia de tendência positivista em cujas raízes estão o empirismo,

o naturalismo e o mecanicismo científico do início da modernidade (THIESEN, 2008, p. 546).

Para levantar reflexões no tangente as questões supracitadas, tivemos como lócus da pesquisa o 1º Ano B da Escola de Aplicação Ivonita Alves Guerra – vale salientar que o panorama socioeconômico dos (as) discentes é majoritariamente classe média; a escola é constantemente frequentada pelos pais/mães dos (as) alunos (as), demonstrando a participação da família no processo escolar dos (as) jovens.

O levantamento de dados foi realizado de maneira quantitativa e qualitativa, usando como ferramentas metodológicas oficinas e questionários objetivos. Nas oficinas se discutiu sobre o conceito de gênero e os tipos de violências contra as mulheres, desmitificado o senso comum e trabalhado as performances de gênero, do ser homem e ser mulher, partindo de aspectos vivenciados no dia a dia dos(as) estudantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No tangente ao questionário, bem como nas dinâmicas, ficou evidente a maior propriedade do tema pelas estudantes, aos meninos, em sua maioria, coube lidar o tema de forma irrelevante e a maior reprodução das diferenças sexistas; enquanto as meninas adjetivavam os meninos entre aspas e problematizavam as características que lhes eram atribuídas socialmente, os meninos reforçavam os estereótipos do gênero feminino, sem qualquer questionamento sobre os mesmos.

99% da turma concordaram que apenas um voto não é suficiente em casa, o que mostra que uma das primeiras conquistas das mulheres foi alcançada com louvor, mas, ao mesmo tempo, mais da metade da turma, concorda que “em briga de marido e mulher não se deve meter a colher”, demonstrando uma descontinuidade nas conquistas femininas e a percepção coletiva que violência doméstica e familiar praticada contra a mulher ainda é algo a ser mantido na esfera do lar/ âmbito privado.

Esse ponto denota que as violências simbólicas continuam ocorrendo de maneira sutil, se instalando no imaginário coletivo com aspecto de naturalidade, o que dificulta detectar e romper com esse tipo de pensamento quando o nosso meio de convivência não traz nenhum questionamento a respeito, se tornando alheio a naturalização das violências e as nutrido, ainda que sem perceber tal movimento.

De acordo com Miguel e Luis Felipe (2014), o entendimento do que é passa na esfera pública é deficiente, porque ficam suspensas e mal compreendidas as conexões entre as posições e as relações de poder na vida doméstica. É impossível deslocar a esfera política da vida social, a vida pública da vida privada, quando se tem como objetivo a construção de uma sociedade democrática.

Ainda reforçando o processo de descontinuidade no que faz menção aos direitos das mulheres, a turma foi unanime ao afirmar que ainda não conseguimos a equidade de gênero, e comprovou a própria afirmação com 50% dos (as) estudantes concordando que “as mulheres têm que se dar o valor”, ao invés de ter a compreensão que o direito deve ser garantindo a todos os indivíduos sem distinção de gênero ou pré-requisito social de comportamento e vestimentas.

Nas discussões e respostas que seguem é visível que apesar de a mulher ter ganhando espaço no âmbito público, os estereótipos, diferenças sexistas e violências simbólicas, continuam sendo praticadas e reproduzidas no âmbito escolar, isso porque as discussões em torno de gênero não estão inseridas dentro da maioria dos currículos escolares.

Os (as) estudantes também relatam que já presenciaram violência contra a mulher, que não concordam com essa ação, mas que não sabem o que fazer. Caberia aos pais, a escola, os organismos municipais responsáveis pelo combate e prevenção à violência doméstica, bem como a sociedade civil, dar nortes para esses (as) jovens sobre quais os mecanismos de denúncia e como proceder diante da situação supracitada.

Falar sobre gênero é algo que está no cotidiano, pode-se não conhecer o conceito, mas gênero está nas nossas praticas, falas, modo de se ver e estar o mundo. Por mais que haja, atualmente, uma desconceitualização e perversão em torno da temática, buscando ferramentas de inibição da discussão, não há como fugir de algo que está intrinsecamente relacionado ao nosso processo de construção de si. Não discutir sobre gênero é se omitir de questões que carecem de revisão historiográfica, e contribuir para as desigualdades entre os sexos e as várias performances em torno deles.

As ondas conservadoras que permeiam o Brasil, e muitos outros países, é reflexo do medo do distanciamento de padrões que foram constituídos enquanto normativos, pois ao mesmo passo que esses padrões normativos marginalizam uma grande parcela da população, dá poder, voz e vez a outra, mantendo assim a hierarquia social e a lógica hegemônica intocável.

Se trata de um jogo de poder, no qual a violência e repressão é tida como necessária, assim como foi nos governos autoritários e durante os reinados absolutistas. O que é inquietante é que mesmo tendo conhecimento do assassinato de mulheres e das discriminações que as mesmas sofrem cotidianamente ainda escolhemos nos omitir e silenciar aquelas que buscam por melhores condições de existência.

Por mais que se fuja, compete, sim, a educação novas formas de observar o social e implementar novos paradigmas educacionais. É preciso enxergar as estruturas sociais de condiciona e marginaliza uns enquanto enaltece e confere poder a outro, e tendo tomado conhecimento disso, se movimentar em prol de uma realidade mais harmônica e vivível.

Concordando com Gusmão (2000) o problema não está na diferença, mas na desigualdade, como diz Vargas (1989, p.40) citando Dumont, que supõe uma igualdade de fundo, aquela que reflete a minha imagem no espelho, seja essa imagem a do professor ou, ainda, daqueles que detêm o poder. O eu é assim, aquele que só aceita os que considera igual ou mais próximo de sua própria imagem. Portanto, não é a diferença que pertence ao domínio da desigualdade (...), mas, ao contrário, é porque pensamos pelo domínio da semelhança e da identidade que hierarquizamos o diferente e o tratamos como desigual.

A não abordagem das questões de gênero na escola pode impedir a possibilidade do indivíduo se desenvolver mais solidário, democrático e justo, interferindo na busca por uma sociedade onde seja viável a existência feminina sem traumas, no que diz respeito as diversas violências sofridas. Além de que a omissão caracteriza um posicionamento político e por assim o ser, a cumplicidade com as estruturas dominantes em detrimento da subalternização do “outro”, o diferente.

A discursão de gênero na escola, não se restringi a uma questão de militância das feministas, é um assunto emergencial e de saúde pública de e para todos(as). Só será possível chegarmos a uma sociedade equânime através da (des)educação e (des)construção dos preconceitos.

Stromquist (2002), enfatiza que a inquestionável postura das instituições tais como a família, a escola e o lugar de trabalho, ao invés de desconstruir, reconstituem as relações de gênero nas questões do dia a dia, são claras as manifestações de como o modelo de gênero é deixado intocável pelas numerosas políticas que visam a democratizar a vida e criar melhores cidadãos.

A referida autora também dá um norte para os caminhos futuros que a escola deve seguir, mas reconhece que é um percurso ao mesmo tempo complexo e difícil, já que visa discutir e colaborar não apenas para o ensino de valores democráticos, mas também para o “empoderamento” de todos os estudantes, por meio da capacidade para analisar a subordinação de gênero.

CONCLUSÃO

O reconhecimento da necessidade de ampliação de produções de conhecimentos na área de gênero possibilitou que na década de 80, do século XX, a história das mulheres fosse um campo definido de pesquisa também no âmbito acadêmico – esse movimento se dá sobretudo pela preocupação das militantes pesquisadoras que procuraram, de acordo com a realidade social, dar visibilidade as problemáticas vivenciadas e enfatizar o processo de construção e reconstrução do que é tido como importante, por entender a mutabilidade humana no tempo-espaço e suas construções do “eu” e do “outro” –, nesse panorama de estudos, informações antes inexistentes sobre as mulheres foram documentadas, passando a se compreender de melhor forma as configurações de dominação estrutural masculina, vindo dos aparelhos públicos e do Estado.

Com base nas pesquisas realizadas foi evidenciado as diferenças sexistas na educação, a qual através dos paradigmas de ensino, da gama cultural e das ferramentas utilizadas para a docência – livros didáticos e cartilhas, por exemplo –, são alimentadas e reproduzidas.

Na procura de desconstruir as visões enraizadas sobre feminilidade e masculinidade as pesquisadoras de “gênero” se veem no enorme – às vezes, angustiante – desafio de discutir e esclarecer que os aspectos anatômicos e fisiológicos não são fatores predominante para a construção do gênero – embora tal teoria foi, e continua sendo, confrontada e rejeitada por aqueles(as) que seguem a visão teológica.

Com o conceito de gênero pretendia-se romper a equação na qual a colagem de um determinado gênero a um sexo anatômico que lhe seria “naturalmente” correspondente resultava em diferenças inatas e essenciais, para argumentar que diferenças e desigualdades entre homens e mulheres eram social e culturalmente construídas e não biologicamente determinadas (LOURO; FELIPE, GOELLNER, 2013, p.17).

Discutir sobre gênero é falar sobre construção social, compreender que homens e mulheres são construções indentitárias que ocorrem através dos processos educativos culturais, os mesmos podem ocorrer desde assistir televisão, acessar a internet, como pelo meio formal, no caso, a escola. As compreensões de mundo e dos padrões aceitáveis no social, são, na contemporaneidade, assimilados por meio de uma série de aparatos desenvolvidos pelo mundo globalizado e reprodutores, na maioria das vezes, dos modelos culturais construídos pelos homens.

[...] educar engloba um complexo de forças e de processos (que inclui, na contemporaneidade, instâncias como os meios de comunicação de massa, os brinquedos, a literatura, o cinema, a música) no interior dos quais indivíduos são transformados em [...] homens e mulheres, no âmbito das sociedades e grupos a que pertencem [...]. (Ibdem, p.19)

Atentasse para o termo “transformados”, ou seja, como pontuou Simone de Beauvoir (1980) não se nasce mulher, tornasse, o mesmo pode-se dizer a respeito dos homens. E por assim o ser, não somente as mulheres são vítimas das diferenças sexistas, mas se tratando de construção, e tendo em vista que a construção social é consequência da cultura, estando os homens também inseridos numa cultura com base na dominação masculina, é explicado que personifique e reproduza o machismo, bem como as mulheres. No entanto, os espaços são distintos dado que um gênero se sobressai em relação ao outro, um ocupando o espaço de dominante e o outro o espaço do dominado.

O fato de os gêneros binários – masculino/feminino –, serem construções socioculturais esclarece o fato das performances e reproduções dos padrões estipulados como normais – mulher frágil x homem forte, mulher delicada x homem rude/áspero –, mas não os isenta da culpa dessa reprodução. Não é interessante colocar os sujeitos na posição de vítimas passivas e apenas reprodutoras do que é apreendido, é indispensável reconhecer os espaços de protagonismo e agente histórico de cada indivíduo. Quando se reproduz algo ou procura o desconstruir, são tomadas de posições, ações de cunho político e pessoal, não justificando a violência contra o sexo feminino.

REFERÊNCIAS

1. CARVALHO, Débora Jucely. A Conquista da Cidadania Feminina. **Revista Multidisciplinar Da Uniesp**, São Paulo, n. 11, p. 143-153, Jun. 2011.
2. CASTRO, Gisele Fontenelle de Oliveira. Saharasia: a passagem da cultura matriarcal desencouraçada para a cultura patriarcal encouraçada. In: **Encontro Paranaense, Congresso**
3. GUSMÃO, Neusa Maria Melldes de. Desafios da diversidade na escola. **Revista Mediações, Londrina**, v.5, n.2,p.9-28, jul-dez.2000. In:
<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/download/9158/7749>
4. Acesso em 10/10/2017.
5. MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia, Feminismo e Política: uma introdução – 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2014.
6. MINAYO, M. C. de. Violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública** Print ISSN 0102 – 311X. Cad. Saúde Pública vol.10 suppl.1 Rio de Janeiro 1994. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/csp/v10s1/v10supl1a02.pdf>. Acesso em 15/10/2017.
7. OSÓRIO, L. C. Casais e família: uma visão contemporânea. Porto Alegre: ArtMed, 2002.
8. SCOTT, Joan W. “Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica.” 1989, Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990.
9. **Temas em educação**, v1, n. 1. João Pessoa: Programa de Pós-graduação em Educação – PPGE/UFPB, 1991.